

COLUNA

AMEFRICANIDADES – APONTAMENTOS SOBRE O ATLÂNTICO NEGRO

Maria do Carmo Rebouças dos Santos

Início essa coluna registrando o meu reconhecimento ao relevante trabalho realizado pela Revista África e Africanidades que se consolida a cada dia como espaço de visibilização e difusão de saberes, *práxis*, teorias e epistemologias de pensadores e pensadoras negras. Estou feliz de me juntar ao grupo de colunistas da Revista e espero poder contribuir teoricamente nos debates que apontem para uma *práxis* emancipatória.

Eu me alinho teoricamente a um campo explicativo dos fenômenos sociais e de interpretação do mundo ligado a decolonialidade, um pensamento de fronteira em diálogo com a modernidade, porém a partir das perspectivas subalternas e com isso afirmo meu *lócus* de enunciação de jurista e intelectual negra, forjada nas experiências familiares e culturais do Recôncavo baiano, da militância política, jurídica e profissional no campo nacional e internacional dos direitos humanos, do desenvolvimento e da cooperação internacional. O que quero deixar explícito nessas afirmações é uma conexão amefricana entre o meu lugar, minha identidade e o meu pensamento.

Eu vou aproveitar esse espaço para tratar de temas relacionados ao desenvolvimento, cooperação internacional para o desenvolvimento, cooperação sul-sul, direito internacional dos direitos humanos e antirracismo analisados a partir de realidades locais, tendo como fio condutor a mobilização da produção intelectual de pensadoras e pensadores negras(os) clássicos e contemporâneos para pensar alternativas contra hegemônicas nos campos do desenvolvimento, da cooperação internacional e dos direitos humanos.

Desenvolvimento sustentável: um caminho a seguir pela população negra brasileira?

Nas duas últimas décadas aterrissou no Brasil a narrativa e as práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável ou como as Nações Unidas rebatizou essa agenda em 2015 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Seja por meio de ONGs, de atores estatais, seja de alguns poucos movimentos sociais, da academia e da mídia hegemônica, essa narrativa tem feito parte da gramática do desenvolvimento e do progresso em nosso país.

Lastreada no estudo produzido pelo Clube de Roma chamado “Os limites do crescimento”, a década de 1980 presenciou o nascimento do

conceito de desenvolvimento sustentável quando em 1987 a Comissão das Nações Unidas sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento apresentou o estudo “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório Brutland, a partir do qual se popularizou a ideia de desenvolvimento sustentável.

Naquele momento a ONU ofereceu a definição de desenvolvimento sustentável que não foi a primeira, mas por diversos motivos passou a ser a mais conhecida: satisfação das necessidades do presente sem comprometimento da capacidade das futuras gerações para satisfazer as próprias.

Nos anos seguintes, o critério de mensuração e monitoramento do desenvolvimento se consolidou e as visões de desenvolvimento sustentável foram mobilizadas em agendas voltadas para os países do Sul que orientam as condições e finalidades para o desenvolvimento, como a dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, da década de 2000 e dos ODS, da década de 2010, hoje, o eixo estruturador do desenvolvimento, com sua abordagem fundada nos temas sociais, ambientais e econômicos, expressada em 17 objetivos, 169 metas e 231 indicadores a serem alcançadas até 2030.

Qual papel a agenda de desenvolvimento sustentável pode desempenhar como campo de afirmação de processos emancipatórios sociais, políticos e econômicos sob as bases das reivindicações da população negra brasileira?

Alguns autores vão sustentar que já não é possível aderir a um projeto hegemônico de um desenvolvimento alicerçado em uma matriz capitalista, sustentada pelo racismo, cujos efeitos observados são antissociais, mais ligados do que nunca ao crescimento, dominado pela especulação financeira e aos processos depredadores do meio ambiente.

De fato, a matriz de desenvolvimento sustentável na sua fase atual materializada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está ancorada em um modelo de desenvolvimento eurocêntrico moderno, herdeiro de valores Ocidentais. Assimilada, como tem sido, de forma acrítica pode contribuir para disseminação da ideia de um desenvolvimento politicamente descontextualizado e descolado dos debates estrutural e político sobre desigualdades, diferenças de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, assimetrias entre centro-periferia entre países e regiões no cenário internacional e dentro dos próprios países. Demais disso, essa agenda centraliza a noção do bem estar do indivíduo por meio da ativação de suas capacidades deixando de lado a noção da coletividade, convocando-o a lutar pelo desenvolvimento sustentável enquanto indivíduo, tudo isso em pleno acordo com a visão liberal do desenvolvimento.

Falando a partir da realidade brasileira, Abdias do Nascimento sempre afirmou que a questão racial era uma questão nacional. Portanto, não é possível pensar em modelos de desenvolvimento que excluam de sua construção e gozo mais da metade de sua população.

Dentro da normalidade institucional da sociedade brasileira, o pertencimento racial e de gênero no país define relações distintas de mulheres e homens negros com acesso a necessidades básicas do desenvolvimento.

Isso porque o *ethos* da realidade sócio-política e cultural do Brasil é formado por uma racionalidade racista herdeira da modernidade e da escravidão que se reatualiza e perpetua na contemporaneidade através do racismo estrutural. Quer dizer, o racismo é constitutivo das relações sociais e, portanto, a nossa sociedade, funcionando em sua normalidade, reproduz as desigualdades raciais e de gênero.

Sendo o racismo um problema que interdita o acesso e fruição a direito, bens e serviços desejáveis para uma vida digna não há como falar em desenvolvimento sem falar em enfrentamento ao racismo, ao sexismo, ao patriarcado que estruturam as relações sociais da nossa sociedade.

Assim, falar em desenvolvimento sustentável em nosso país é defender um parâmetro, uma visão de desenvolvimento que valorize experiências históricas, culturais e políticas dos países do Sul onde sujeitos coletivos formulam suas demandas nos termos de sua própria experiência histórica que no Brasil é hegemônica pela experiência da população negra, mas também da população pobre espoliada e dos povos originários.

Enquanto grupo social historicamente excluído dos benefícios do desenvolvimento nacional hegemônico que vige até o momento, devemos nos questionar quais necessidades precisam ser satisfeitas para termos uma vida digna e sustentável. Devemos nos perguntar se queremos ou não cair na armadilha de seguir por um caminho que não permite a universalização do modelo de vida Ocidental nem no espaço nem no tempo. Devemos nos perguntar se seguiremos sonhando com um modelo de reprodução da vida que é racista e nos exclui de partida. Devemos nos questionar se queremos ou não descolonizar o desejo social individualista, consumista e meritocrático. Devemos nos questionar se queremos ou não renunciar ao apelo liberal empreendedorista.

A resposta a essas perguntas implica na escolha de novos parâmetros de desenvolvimento que iremos construir e usufruir. Poderá ser o que vai nos confinar a perseguir uma vã utopia de sermos incluídos num modelo fracassado onde muitos serão convidados e poucos serão os escolhidos, formando uma pequena elite “desenvolvida”. Ou podemos escolher o caminho mais árduo, mas mais sustentável de descolonização de nossas mentes, de construção de uma sensibilidade descolonizada que se converta em fator político de mudança, de coragem para pensar em uma plataforma para discutir alternativas conceituais e respostas concretas que procure transcender a ideia de desenvolvimento.

Se for a segunda alternativa, penso que já chegou o Tempo em que precisamos prefigurar um campo de experiências alternativas, sem a pretensão de ser generalizáveis e homogêneas, que precisam ser exploradas, sob as bases de uma gramática social antirracista, anticapitalista, anticolonial, antipatriarcalista, com a valorização de marcos econômicos emancipatórios; modelos democráticos populares e comunitários; diálogo intercultural; uso coletivo da terra e dos bens de produção, convivência harmoniosa com a natureza e equilibrada com todas as formas de existência.

Fico por aqui, com essa contribuição que espero possa influenciar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e demonstrar a necessidade de

dar centralidade à voz dos grupos que historicamente foram marginalizados e vitimados pelo modelo de desenvolvimento vigente e demonstrar que é possível a construção de visões distintas da convencional.



Maria do Carmo Rebouças dos Santos

Professora de Direito da Universidade Federal do Sul da Bahia. Credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da UFSB. Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pelo Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/UnB).

Especialista em Estado, Governo e Políticas Públicas pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia/Ministério Público da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seção Bahia. Foi becária Romulo Gallegos e advogada especialista da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em Washington, DC. Oficial de Programa e Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Diretora de Cooperação Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e assessora da Secretaria de Governo da Presidência da República. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da UFSB, colaboradora Associada do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul.

Pesquisadora Associada do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau vinculada ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. É membra da Latin American Studies Association - LASA. Coordena o Projeto de Pesquisa Usos Emancipatórios do Direito da UFSB/CNPq. Na pesquisa e docência atua nos campos de Desenvolvimento, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Constitucional, Pluralismos Jurídicos, Política Internacional, Políticas Públicas, Cooperação Sul-Sul, Estudos de Desenvolvimento sobre Guiné-Bissau e Estudos Raciais, ministrando palestras e produzindo textos acadêmicos sobre os referidos temas. Autora do livro “Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da cooperação internacional para o desenvolvimento”.